

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – MANIFESTAÇÕES**
- 4 – REQUERIMENTOS APROVADOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**

 **ATAS****ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/8/2024**

Às 14h22min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Luizinho, Adriano Alvarenga (substituindo o deputado Delegado Christiano Xavier, por indicação da liderança do BDL) e Caporezzo (substituindo o deputado Coronel Sandro, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (um ofício em 24/5/2024 e dois ofícios em 10/7/2024); da Polícia Militar de Minas Gerais (dois ofícios em 5/7/2024, um ofício em 6/6/2024 e um ofício em 21/6/2024); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (23/5/2024 e um ofício em 6/6/2024); da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (um ofício em 20/6/2024 e dois ofícios em 27/6/2024); e da Secretaria de Estado de Educação (20/6/2024). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.583, 7.770 a 7.772, 7.774, 7.775 e 7.793/2024 e é rejeitado o Requerimento nº 7.769/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.055/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações consubstanciadas em planilha contendo os gastos da instituição com a promoção de encontros do Comando-Geral da PMMG com policiais militares em todas as regiões do Estado, abrangendo, inclusive, as despesas com diárias, combustível e manutenção de viaturas e aeronaves;

nº 10.061/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações consubstanciadas em relatório detalhado sobre proposta de novo padrão de viatura e uniforme da PMMG, do qual constem: em relação à frota, a quantidade de viaturas a serem pintadas ou plotadas; o custo

unitário e total da nova pintura ou da plotagem sugerida; e a despesa, por viatura e frota, com a pintura ou plotagem atual, para fins comparativos; e, no que se refere ao fardamento, a data de sua última modificação e o custo da citada mudança para a PMMG, bem como para os policiais militares, no que concerne à aquisição de novo uniforme, devendo o referido relatório estar acompanhado do resultado da enquete realizada junto à tropa com o objetivo de legitimar as alterações sugeridas;

nº 10.062/2024, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre o quantitativo do efetivo responsável pelo policiamento ostensivo geral para manutenção da ordem nas ações preventivas e repressivas no Município de Governador Valadares, de 2010 até 2024;

nº 10.063/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas – pedido de informações consubstanciadas em relatório detalhado dos procedimentos para alienação das unidades residenciais do programa Lares Geraes, conforme previsto no art. 58 da Lei nº 22.606, de 20/7/2017; e seja encaminhado à referida companhia pedido de providências a fim de que sejam envidados todos os esforços para a conclusão dos processos ainda pendentes, tendo em vista que as famílias se encontram em delicada situação devido à natureza do serviço, exercido pelos militares, de proteger a sociedade.

nº 10.064/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, à Advocacia-Geral do Estado – AGE –, ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais e à Diretoria de Educação Escolar e Assistência Social – Deas – da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a suspensão das ações e notificações para desocupação dos imóveis inseridos no programa Lares Geraes, tendo em vista requerimento encaminhado à Cohab solicitando o cumprimento urgente do disposto no art. 58 da Lei nº 22.606, de 2016, que autoriza a alienação das citadas moradias funcionais aos atuais residentes, e considerando que os profissionais da segurança pública que as utilizam são servidores ameaçados em razão de suas funções de combate à criminalidade ou residentes em locais de risco;

nº 10.065/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações sobre a regulamentação e a implementação de programa permanente de aquisição de arma de fogo e munições para uso particular dos militares, tendo em vista as recorrentes demandas encaminhadas à comissão, referentes às dificuldades e à demora dos procedimentos;

nº 10.066/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – pedido de providências para ampliar a rede de conveniados aptos a realizarem a avaliação psicológica necessária à renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo – Craf;

nº 10.070/2024, do deputado Caporezzo, em que requer seja formulada manifestação de apoio à equipe de policiais civis do Município de Uberlândia pelo resgate de um bebê recém-nascido que havia sido levado por uma médica no Hospital da Universidade Federal de Uberlândia – HCUFU;

nº 10.103/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP –, à Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais – DPF – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para a regulamentação e implementação de plano permanente de aquisição de arma de fogo destinado aos agentes de segurança penitenciários e aos policiais penais do Estado, uma vez que são recorrentes as demandas encaminhadas à comissão acerca das dificuldades e demora dos procedimentos;

nº 10.104/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para apuração de suposta ocorrência de abuso de autoridade e assédio moral no âmbito do 21º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Ubá, onde equipe da Corregedoria da Polícia Militar teria determinado a fiscalização de veículos particulares de policiais militares e, constatando-se a existência de documentação atrasada, a sua remoção;

nº 10.105/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a legalidade das restrições impostas aos policiais penais recém-empossados nas vagas reservadas às pessoas com deficiência;

nº 10.106/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja enviado, com urgência, a esta Casa projeto de lei complementar para regulamentar a Emenda à Constituição nº 111/2022, tendo em vista que o prazo previsto no art. 142 da Lei nº 24.313, de 2023, venceu em 28/4/2024;

nº 10.107/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para aumentar, com urgência, o efetivo policial do Centro de Operações da Polícia Militar – Copom – do 26º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Itabira, que atualmente funciona com apenas dois policiais militares por turno de serviço, os quais ficam responsáveis pela coordenação das atividades, pela emissão de despachos, pelo atendimento aos chamados telefônicos, via rádio e WhatsApp, além da guarda de presos militares, intendência, anúncios de crimes violentos, relatório CPU, anúncio de supervisão e videomonitoramento de dois monitores instalados pela prefeitura local;

nº 10.108/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual sejam convidados a chefe de Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, o delegado titular da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Patos de Minas e o delegado titular da Delegacia de Polícia Civil de Presidente Olegário, para debater a ocorrência de crimes de furto e roubo, especialmente de gado, nos Municípios de Patos de Minas e Presidente Olegário, e a suposta omissão da Polícia Civil de Minas Gerais na realização e condução das respectivas investigações criminais;

nº 10.109/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Corregedoria da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a apuração imediata da fala do Maj. PM Ronan Sassada Silva (Matrícula nº PM 130.886-5), durante palestra ministrada a aspirantes da PMMG e transmitida em 8/7/2024, conforme se pode acessar pelo [link https://www.youtube.com/watch?v=cT7YqGZv1II](https://www.youtube.com/watch?v=cT7YqGZv1II), a qual teve mais de duas mil visualizações, tendo em vista a falta de ética do major, que ofende a honra, a dignidade e a moral de todos os militares presentes, de soldado a coronel, que bravamente construíram e vêm construindo, de forma permanente, a história da PMMG, que se perpetua por 249 anos, o que constitui transgressão militar, requerendo rigorosa apuração, conforme previsão do Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais;

nº 10.110/2024, dos deputados Sargento Rodrigues e Caporezzo, em que requerem seja realizada audiência pública, para a qual sejam convocados o comandante-geral e o chefe do Centro de Recrutamento e Seleção da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, para debater o alto índice de reprovação de sargentos e tenentes no ano de 2024, em comparação com 2023 e 2022, no Exame de Aptidão Profissional da PMMG.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente – Eduardo Azevedo – Amanda Teixeira.

ATA DA 3ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/11/2024

Às 9h23min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a política de privatização das escolas da rede pública de ensino, avaliando seus impactos para a comunidade escolar e no cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação, bem como as implicações para a oferta da educação pública e gratuita de qualidade. A presidência

registra e agradece a presença dos seguintes convidados: Sras. Ana Carolina Zambom Pinto Coelho, coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação; Analise de Jesus da Silva, coordenadora do Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais – Fepemg; Eduarda Alkmin dos Anjos, vice-presidenta da Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas da Grande BH – Ames-BH; Gaia Nunes Cruz, diretora dos movimentos sociais da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – Ubes; Giulia Soares Chaves Rocha, presidenta da União Colegial de Minas Gerais – UCMG; Kellen Silva Senra, subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação, representando o secretário de Estado de Educação; Marcelle Amador Dias, diretora estadual do Sind-UTE-MG – Subsede Ribeirão das Neves; Neide Elisa Portes dos Santos, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores, Trabalho Docente e Discurso Pedagógico da Faculdade de Educação da Uemg; Rachel Campos Pereira de Carvalho, analista de controle externo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG –, representando o presidente do TCE-MG; e Walkiria Olegário Mazeto, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná – App-Sindicato; e dos Srs. Daniel Tojeira Cara, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP; Diego Severino Rossi de Oliveira, coordenador técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese – do Sind-UTE-MG; Eduardo Beurmann Ferreira, assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Rogério Correia, deputado federal; e Rudá Guedes Moisés Salerno Ricci, presidente do Instituto Cultiva. A presidência faz as considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Hely Tarquínio – Tito Torres.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 14/11/2024

Às 9h42min, comparecem à reunião os deputados Marquinho Lemos, Ricardo Campos e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marquinho Lemos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Doutor Jean Freire. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.122/2024, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer sejam encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça, para que sejam anexadas ao Projeto de Lei nº 2.573/2024, as notas taquigráficas da 19ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater, a pedido do grupo O Povo Pede Asfalto de São Francisco de Sales a Campina Verde e da Frente Parlamentar pela Melhoria das Estradas, a possibilidade de transferir o controle, a administração, a manutenção e a conservação da Estrada Municipal 070, que liga os Municípios de Campina Verde a São Francisco de Sales, trecho com 54km, para o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG;

nº 11.386/2024, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde, ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao governador do Estado pedido de informações sobre a execução orçamentária dos recursos destinados aos convênios com comunidades terapêuticas, que somam mais de R\$11.000.000,00, especificando-se as entidades e o número de usuários atendidos;

nº 11.387/2024, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Saúde e ao governador do Estado pedido de informações sobre os contratos de terceirização de todos os cargos do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde e suas unidades, uma vez que contratos estão sendo celebrados, em detrimento da realização de concursos, sem autorização desta Casa;

nº 11.388/2024, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que acompanhe a celebração de contratos de terceirização de todos os cargos do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde e suas unidades, uma vez que contratos estão sendo celebrados, em detrimento da realização de concursos, sem autorização desta Casa;

nº 11.389/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à ONU-habitat no Brasil, ao juízo responsável pela ação de reintegração de posse movida contra o povo indígena puri, ao Ministério dos Povos Indígenas, à Funai, à Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, à Aliança Energia, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público de Minas Gerais, à Defensoria Pública da União, à Defensoria Pública de Minas Gerais, ao Conselho Indigenista Missionário, à Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social, ao Movimento dos Atingidos por Barragens, à Comissão Pastoral da Terra, à comissão externa destinada a fiscalizar os rompimentos de barragens, em especial a acompanhar a repactuação do acordo de Mariana e a reparação do crime de Brumadinho, à Advocacia-Geral da União, à Cipe Rio Doce, à Prefeitura de Itueta, à Prefeitura de Resplendor, à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, à Fundação Renova, à Vale S.A. e à Samarco Mineração o relatório da visita da comissão, em 11/11/2024, à Comunidade do Povo Puri, no Município de Itueta.

Em seguida, deputado Leleco Pimentel é designado como relator da visita realizada ao Município de Itueta em 11/11/2024. O relator procede à leitura do seu relatório, o qual, nos termos do art. 297-B do Regimento Interno, é dado por aprovado e segue para publicação após as assinaturas. Retira-se do recinto o deputado Marquinho Lemos, que passa a presidência da reunião para o deputado Ricardo Campos. O presidente procede à leitura do Ofício nº 307/2024/DUPS/SNEE-MME, do Ministério de Minas e Energia, que trata da retomada do Programa Luz para Todos nas comunidades rurais do Estado. Na sequência, é recebido, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 11.419/2024, dos deputados Ricardo Campos, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, em que requerem seja formulado voto de congratulações com Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República; Alexandre Silveira de Oliveira, ministro de Minas e Energia; Gentil Nogueira de Sá Junior, secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; André Luiz Dias de Oliveira, diretor nacional do programa Luz para Todos; e Miguel da Silva Marques, diretor de Programas de Governo da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A., pelos investimentos para instalação de placas solares nas residências contempladas pelo programa Minha Casa, Minha Vida no Estado, especialmente no Município de Pirapora, no âmbito do programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2024.

Leleco Pimentel, presidente.

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/11/2024

Às 10h10min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Bella Gonçalves e o deputado Arnaldo Silva. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as providências possíveis para a regularização dos imóveis localizados na Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – campus de Frutal, bem como a suspensão do Edital de Tomada de Subsídios – Secgeral-Seplog nº 1/2024. Passa-se à 1ª Fase da 3ª

Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à Mesa os seguintes convidados: as Sras. Brenda Luiza Carvalho Oliveira, superintendente de Assessoramento Temático da Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais, representando a Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão; e Celise Laviola, ex-deputada estadual e assessora da Vice-Governadoria do Estado de Minas Gerais; e os Srs. Emanuél Monteiro Rodrigues, secretário de Assistência Estudantil do Diretório Central dos Estudantes da Uemg; Leandro de Souza Pinheiro, diretor da Uemg – Unidade Frutal; Lucas Guedes Ferreira de Brito, presidente do Centro Acadêmico de Direito da Uemg – Unidade Frutal; Marcos Eduardo Silva Soares, subsecretário de Logística e Patrimônio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, também representando a Sra. Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão; e Thiago Torres Costa Pereira, vice-reitor da Uemg. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, passa a condução dos trabalhos à deputada Bella Gonçalves, autora do requerimento que deu origem ao debate. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Delegada Sheila, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/11/2024, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o tema “Feminicídio Zero!”, por ocasião da campanha de 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2024.

Ana Paula Siqueira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rafael Martins, Cristiano Silveira, Doorgal Andrada, João Magalhães, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/11/2024, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.781 e 2.967/2024, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2024.

Zé Guilherme, presidente.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Cb. PM Diego Gabriel Batista Almeida (Matrícula nº 163.701-6), pela relevante e exemplar palestra, ministrada em 24/10/2024, nesta Casa, sobre como agir em situações de emergência, especialmente no que tange à obstrução de vias aéreas e aos engasgos, com ênfase na aplicação da manobra de Heimlich (Requerimento nº 8.761/2024, do deputado Sargento Rodrigues);

de apoio, a ser encaminhada ao presidente da República e aos senadores da República e deputados federais por Minas Gerais, à aprovação do Projeto de Lei Federal nº 1.125/2022, que cria no Estado o Parque Nacional Serra do Curral (Requerimento nº 8.825/2024, da Comissão de Assuntos Municipais);

de apoio, a ser encaminhada ao presidente da República e aos senadores da República e deputados federais por Minas Gerais, à aprovação do Projeto de Lei Federal nº 10.457/2018, ao qual será apensada proposta elaborada pelo Poder Executivo Federal que aumenta as penas por incêndios, desmatamento e mineração ilegal (Requerimento nº 8.826/2024, da Comissão de Assuntos Municipais);

de congratulações com os policiais civis do Departamento Estadual de Combate ao Narcotráfico que participaram da operação que resultou na apreensão de substâncias ilícitas e na prisão, em 29/10/2024, em Ibitaré, dos apontados como responsáveis pelo fornecimento de drogas em grande quantidade para narcotraficantes de toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte e do interior do Estado (Requerimento nº 8.879/2024, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis que participaram da operação, coordenada pela Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente – Depca –, que concluiu o inquérito policial que apurou a prática de estupro de vulnerável e indiciou o suspeito, de 33 anos, por abusar da enteada durante cinco anos em Belo Horizonte, pelo empenho, cuidado e dedicação na condução dessa operação (Requerimento nº 8.881/2024, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas);

de congratulações com os policiais civis da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Juiz de Fora, pelo empenho, cuidado e dedicação na investigação de caso de estupro sofrido por duas pacientes hospitalizadas na unidade de terapia intensiva do Hospital Maternidade Therezinha de Jesus, nesse município (Requerimento nº 8.882/2024, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas);

de congratulações com a equipe de servidores da Delegacia de Polícia Civil de Três Pontas pela conquista do 1º lugar no *ranking* de produtividade de 2023 das delegacias de Polícia Civil de Minas Gerais (Requerimento nº 8.883/2024, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas);

de congratulações com os policiais civis que atuaram em ação coordenada pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Juatuba, pelo empenho e dedicação na operação que concluiu o inquérito policial que apurou a prática de estupro de vulnerável e pleiteou à Justiça a prisão preventiva do autor, visando o bom andamento das investigações, a prevenção da ocorrência de novos crimes e, primordialmente, a proteção da integridade física e psíquica da vítima (Requerimento nº 8.884/2024, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas).



REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 8.594/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira aprovado na 21ª Reunião Ordinária, realizada em 9/10/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, ao Ministério Público Federal – MPF –, em Belo Horizonte, e à Agência Nacional de Mineração – ANM – pedido de providências para que seja investigada a ocorrência dos crimes de usurpação do patrimônio da União (art. 2º da Lei Federal nº 8.176, de 1991) e de lavra ou extração ilegais de recursos minerais (art. 55 da Lei Federal nº 9.605, de 1998) em razão de condutas ilegais praticadas pela Empresa de Mineração Pau Branco Ltda – Empabra – na Mina Granja Corumi, conforme consta nos autos do Processo nº 7782625-46.2005.8.13.0024, e que, em razão desses fatos, seja cassada a concessão de lavra emitida pela Agência Nacional de Mineração.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 19ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 11/9/2024, que teve por finalidade debater a autorização da Agência Nacional de Mineração – ANM – e da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam – para que a Empresa de Mineração Pau Branco – Empabra – volte com suas atividades na Mina Granja Corumi na Serra do Curral.

Sala das Reuniões, 10 de outubro de 2024.

Tito Torres (PSD), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

REQUERIMENTO Nº 8.794/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 30/10/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que sejam cumpridas as metas de execução física e financeira de recursos do orçamento do Estado previstos para a prevenção e o combate a queimadas e incêndios florestais vinculados à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, ao Instituto Estadual de Florestas – IEF –, ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – CBMMG –, à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG –, à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec-MG.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 19ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 24/10/2024, que teve por finalidade debater os impactos das queimadas e das condições climáticas extremas nos municípios mineiros e as estratégias para enfrentamento e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, com vistas a garantir as condições necessárias à vida e o desenvolvimento nesses municípios.

Sala das Reuniões, 30 de outubro de 2024.

Cristiano Silveira (PT), presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

REQUERIMENTO Nº 8.796/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 30/10/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a revisão do Decreto nº 48.767, de 26/1/2024,

visando à valorização das brigadas voluntárias de prevenção e combate a incêndios florestais e sua inclusão no Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, conhecido como Força-Tarefa Previncêndio – FTP.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 19ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 24/10/2024, que teve por finalidade debater os impactos das queimadas e das condições climáticas extremas nos municípios mineiros e as estratégias para enfrentamento e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, com vistas a garantir as condições necessárias à vida e o desenvolvimento nesses municípios.

Sala das Reuniões, 30 de outubro de 2024.

Cristiano Silveira (PT), presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

REQUERIMENTO Nº 8.797/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 30/10/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que seja instalada uma unidade do CBMMG no Município de Pedro Leopoldo.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 19ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 24/10/2024, que teve por finalidade debater os impactos das queimadas e das condições climáticas extremas nos municípios mineiros e as estratégias para enfrentamento e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, com vistas a garantir as condições necessárias à vida e o desenvolvimento nesses municípios.

Sala das Reuniões, 30 de outubro de 2024.

Cristiano Silveira (PT), presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

REQUERIMENTO Nº 8.798/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 17ª Reunião Ordinária, realizada em 30/10/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que os programas de educação ambiental do Estado contemplem as temáticas das mudanças climáticas e dos eventos críticos emergenciais, tais como queimadas, enchentes e secas prolongadas; e sejam encaminhadas ao referido órgão as notas taquigráficas da 19ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater os impactos das queimadas e das condições climáticas extremas nos municípios mineiros e as estratégias para enfrentamento e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, com vistas a garantir as condições necessárias à vida e o desenvolvimento nesses municípios.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 19ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 24/10/2024, que teve por finalidade debater os impactos das queimadas e das condições climáticas extremas nos municípios mineiros e as estratégias para enfrentamento e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, com vistas a garantir as condições necessárias à vida e o desenvolvimento nesses municípios.

Sala das Reuniões, 30 de outubro de 2024.

Cristiano Silveira (PT), presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

REQUERIMENTO Nº 8.885/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado e ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que seja reaberto o escritório do IEF no Município de Medina.

Sala das Reuniões, 5 de novembro de 2024.

Duarte Bechir (PSD), 2º-vice-presidente.

REQUERIMENTO Nº 9.032/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Grego da Fundação aprovado na 19ª Reunião Ordinária, realizada em 12/11/2024, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado aos Ministérios dos Direitos Humanos e Cidadania e dos Transportes pedido de providências para a revisão das regras de concessão de passe livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual do Estado.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2024.

Dr. Maurício (Novo), presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Justificação: O direito ao transporte digno e acessível é um dos pilares da inclusão social, especialmente para as pessoas com deficiência, que enfrentam desafios adicionais para exercer sua cidadania e participar plenamente da vida social, econômica e cultural do país. No entanto, recebemos com grande preocupação a denúncia de negativa do Ministério dos Transportes e do Ministério dos Direitos Humanos quanto à concessão de passe livre no transporte coletivo interestadual para essa parcela da população. São inúmeros relatos de dificuldades com a documentação exigida, comprovação de renda, cadastro online e problemas com que não recebe BPC. Além de estar assegurado por diretrizes constitucionais, este direito é um compromisso da nossa sociedade com a justiça e a equidade, especialmente em um contexto onde a mobilidade é essencial para o acesso a serviços de saúde, educação, trabalho e outros direitos fundamentais. O passe livre se mostra, portanto, como um instrumento necessário para reduzir barreiras e garantir o acesso dessas pessoas aos meios de transporte.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 18/11/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando André Luiz de Souza, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ana Paula Siqueira;

exonerando Vania Ferreira da Silva, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ana Paula Siqueira;

nomeando Ailton Ferreira da Silva, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ana Paula Siqueira.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 135/2024

Primeiro convenente: Município de Belo Horizonte. Segunda convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto do contrato: termo de cooperação para manutenção da Praça Carlos Chagas. Objeto do aditamento: prorrogação. Vigência: 15/11/2024 a 15/11/2025.

**ERRATAS****ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 19/11/2024**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 22/11/2024, na pág. 37, após o resumo do Requerimento nº 9.057/2024, onde se lê:

“(– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Grego da Fundação e outros. Anexe-se ao Requerimento nº 6.366/2024, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)”, leia-se:

“(– Anexe-se ao Requerimento nº 6.366/2024.)”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 22/11/2024, na pág. 81, onde se lê:

“Josélia Emerick Moreira”, leia-se:

“Josélia Emerick Moreira Rodrigues”.